

PAULO GUEDES

Crítico moderado

Até onde vai a crise financeira? O que indicam os modelos de previsão dos economistas? Em conferência realizada na Câmara de Comércio Americana há poucas semanas em Washington, o professor John Taylor, da Universidade Stanford, conhecido macroeconomista, questionava suas próprias previsões sobre o desempenho da economia dos Estados Unidos em 2009.

Era desconcertante sua incredulidade ante a enorme incerteza trazida pelo “buraco negro” da implosão no crédito. O “credit crunch” desestabilizou os parâmetros dos modelos de previsão, descredenciando suas estimativas. Desmoralizou também os prognósticos de uma rápida recuperação. Como as leis da física clássica simplesmente não se aplicam nas proximidades de um buraco negro, imagine o desamparo de físicos bastardos diante da singularidade e da magnitude da crise.

E os efeitos sobre os países emergentes? O pre-

sidente do Banco Central do Chile, José de Gregório, que atenciosamente lembrou ter sido meu aluno nos anos 80, defendeu uma interrupção tática no combate à inflação. De Gregório considera importante observar a extensão do impacto da crise do crédito sobre os juros locais, a taxa de câmbio e os preços das commodities. Uma posição semelhante à adotada pelo Banco Central do Brasil.

Destaquei em minha palestra o papel crítico desempenhado pelo Federal Reserve, quando presidido por Alan Greenspan, na construção da crise. Robert Shiller, professor da Universidade Yale, acabara de atribuir a crise imobiliária, no mesmo painel, à psicologia das multidões, a uma espécie de mania, um fenômeno de psicologia social fora do alcance dos economistas. Perguntei-lhe como explicar a atuação do mesmo vírus simultaneamente nos mercados acionários, nos mercados de commodities e nos mercados de moedas. Afinal, não subiam apenas os preços das casas, mas também os do euro, do petróleo, do ouro e das ações. A “ma-

nia” era mais abrangente do que pensava Shiller.

Também nesse painel, Mohamed El-Erian, um dos gestores de um grande fundo de investimentos americano e autor de “Quando os mercados colidem” (2008), apontava inevitáveis mudanças no horizonte: (1) A economia americana tem pela frente um longo período de baixo crescimento, enquanto se cura do endividamento excessivo. (2) O crescimento global vai depender mais das economias emergentes. (3) Os países emergentes, por sua vez, vão depender mais de uma dinâmica própria de crescimento do consumo interno e menos do desempenho das exportações.

Alan Greenspan, presidente do Fed de 1987 a 2006, encerrou o seminário logo após esse painel. Estava acabrunhado, atônito e claramente na defensiva durante sua palestra. E na semana passada, em São Paulo, em agradabilíssimo debate com Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de Economia, percebi que não passo mesmo de um crítico bastante moderado do ex-presidente do Fed.

Novo capítulo

CELSO AMORIM e LUIZ DULCI

No próximo dia 19 de novembro, acontecerá a 1ª Reunião do Conselho Brasileiro do Programa Mercosul Social e Participativo, instituído por decreto do presidente Lula no último dia 6 de outubro. Essa iniciativa marca um novo capítulo nas relações entre o governo e a sociedade civil brasileiros no campo da integração regional.

O Programa Mercosul Social e Participativo constituirá um foro permanente de diálogo entre governo e sociedade civil sobre os temas da integração no Mercosul. Nele, as organizações da sociedade civil poderão acompanhar, de forma sistemática e regular, os trabalhos na ampla agenda da integração do Mercosul e apresentar propostas. O programa será integrado por um Conselho presidido pela Secretária-Geral da Presidência da República e pelo Ministério das Relações Exteriores. Contará, ainda, com um calendário de atividades e iniciativas promovidas pelas diversas esferas do governo, em parceria com atores sociais.

Trata-se de um reconhecimento de que a sociedade civil brasileira está cada vez mais madura, organizada e engajada. Suas organizações são uma fonte de referência com vasto conhecimento da realidade brasileira, capacidade propositiva e disposição de contribuir para a formulação de políticas nos mais diversos âmbitos da vida nacional.

Vivemos uma época em que os temas da política externa atraem a atenção da sociedade brasileira como nunca antes. A integração da América do Sul, em particular, desperta interesse pela densidade das relações com os paí-

ses vizinhos e a consciência crescente da semelhança dos desafios e problemas que todos enfrentamos. Muito se fala, hoje, em assimetrias no Mercosul, quase sempre para apontar as diferenças entre os países. No entanto, pouco se comenta que a assimetria é uma condição comum aos nossos países em sua busca pela superação das profundas desigualdades sociais que nos caracterizam.

O projeto nacional brasileiro passa necessariamente pela integração com os países vizinhos. É um equívoco pensar o desenvolvimento nacional de forma autônoma, desvinculado da realidade regional. Hoje ninguém mais se surpreende com a noção de que muitas das questões que mobilizam a sociedade e exigem ação dos governos não reconhecem fronteiras. Isso fica evidente, por exemplo, nas questões ambientais, migratórias, de saúde, de segurança, e no próprio comércio.

No Brasil, é muito auspicioso que as políticas de integração sejam formuladas com contribuições das forças vivas da sociedade. Ao mesmo tempo em que se amplia o espaço de cidadania, a política de integração ganha legitimidade. É uma política que tem o rosto do Brasil.

Mais do que consolidar os canais de diálogo existentes entre governo e sociedade civil sobre a integração, o Programa Brasileiro do Mercosul Social e Participativo pretende aprofundar o debate sobre um projeto que pertence ao Estado e à sociedade e enriquecer a visão de todos sobre a realidade sul-americana.

CELSO AMORIM é ministro das Relações Exteriores. LUIZ DULCI é secretário-geral da Presidência da República.

Muitas questões que mobilizam e exigem ação não reconhecem fronteiras

Sim, nós podemos

SÉRGIO CABRAL

A eleição de Barack Obama transcendeu os limites dos Estados Unidos e varreu o mundo numa corrente de esperança. Diante de uma vitória histórica, os norte-americanos mostraram ser possível, sim, através do voto e da democracia, realizar sonhos que há poucas décadas pareciam inviáveis, como o de eleger o primeiro presidente negro da História do país.

O exemplo de Obama, portanto, é um incentivo para inúmeras disputas mundo afora, como a candidatura do nosso Rio de Janeiro à sede das Olimpíadas de 2016. Como no slogan de Obama (“Yes, we can”), podemos repetir à exaustão que, sim, nós podemos vencer essa disputa. Afinal, assim como a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, nós também conquistamos ano a ano as condições para pleitearmos a tão sonhada Olimpíada.

Nas últimas décadas, o Rio foi palco de eventos que transcendiram o alcance do Brasil e ganharam notoriedade internacional. A Rio-92, Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, trouxe chefes de Estado do mundo inteiro para a cidade e transcorreu no clima de paz e solidariedade que caracteriza os grandes encontros mundiais. O mesmo ocorreu com o inesquecível show dos Rolling Stones, em Copacabana, que reuniu um milhão de pessoas na praia para assistir a um dos mais emocionantes concertos do grupo liderado por Mick Jagger.

O melhor exemplo, contudo, aconteceu há pouco mais de um ano, quando realizamos os jogos Pan-Americanos. Ali, o Rio de Janeiro, que já garantiu a condição de cidade-sede da Copa do Mundo de 2014, provou ser capaz de acolher atletas do mundo inteiro e de promo-

ver uma festa inesquecível.

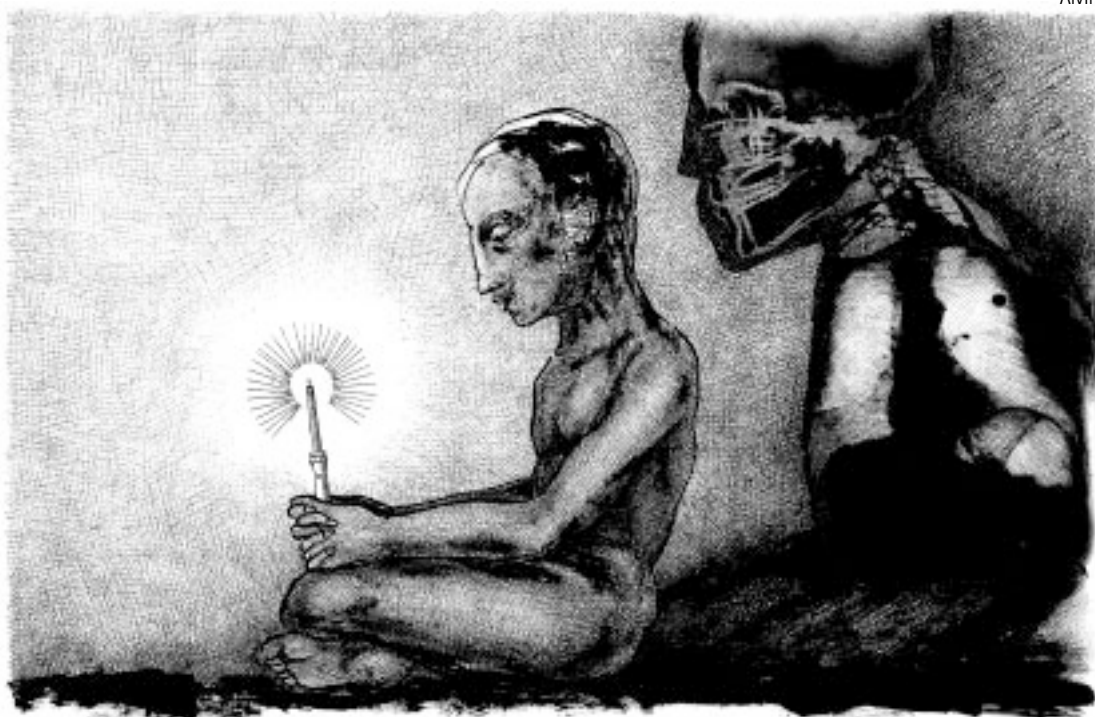
Os Estados Unidos, que disputam uma vaga com Chicago, já têm o seu lugar na história dos jogos, pois podem se vangloriar de terem sido anfitriões tanto das Olimpíadas de verão quanto das de inverno.

Acreditamos que o próprio Obama, símbolo da quebra de paradigmas, ficaria contente vindo à América do Sul conquistar, pela primeira vez na História, a condição de cidade-sede dos Jogos Olímpicos. Sobre tudo neste momento histórico, em que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, este governador e o recém-eleito prefeito Eduardo Paes estão empenhados num projeto único que já rendeu, além do Pan, reformas de infra-estrutura em andamento por toda a cidade.

O futuro presidente dos Estados Unidos sabe que as Olimpíadas são muito mais do que uma mera competição esportiva. Representam um momento único para que um país mostre a seu povo como é possível, através da prática esportiva, incentivar a cidadania, integrar distintas culturas e estimular o combate às drogas, responsáveis pela morte de milhões de jovens em todo o mundo.

São essas as razões que nos levam a crer que estamos diante da nossa chance de realizar um dos mais importantes eventos esportivos do planeta. É hora, portanto, de mais uma vez unirmos esforços junto ao poder público e à iniciativa privada para que as Olimpíadas sejam enfim realizadas num país sul-americano. Do sonho à realidade vamos afirmar, aos quatro cantos do mundo, que, sim, nós podemos abrigar uma Olimpíada para entrar na História.

SÉRGIO CABRAL é governador do Estado do Rio de Janeiro.



Alvim

Os números ocultam

AGNES MARIE SÁ FIGUEIREDO

É inegável as conquistas obtidas em nosso país com relação a certas doenças infecciosas, principalmente aquelas cujas medidas de prevenção e/ou controle são mais conhecidas e efetivas, como a diarreia, a tuberculose, a malária e outras, conforme indicam as publicações recentes do Ministério da Saúde (Saúde Brasil 2007). Entretanto, o vasto universo das doenças causadas por microrganismos não se resume às doenças geralmente agrupadas como “infecto-contagiosas” ou “infecciosas e parasitárias”.

Os microrganismos, sejam os protozoários, os fungos, as bactérias e, ainda, os vírus, estão envolvidos em diferentes tipos de afecções. Por exemplo: há alguns anos, jamais poderíamos imaginar que certos tipos de cânceres estariam associados a tais seres microscópicos. No entanto, um dos ganhadores do Prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina 2008, Dr. Harald zur Hausen, foi agraciado com essa honraria, justamente, por ter relacionado o câncer de colo de útero, o segundo mais freqüente em mulheres, com o papiloma vírus humano (HPV). Mas não pensem que a associação entre microrganismos e câncer se encerra aí. Uma bactéria conhecida como *Helicobacter pylori*, a qual é encontrada no estômago de cerca de 2/3 da população mundial, é o principal fator de risco de úlcera péptica e duodenal, aumenta, segundo estudos, o risco de câncer gástrico, linfoma de tecido linfóide associado à mucosa, conhecido como linfoma de MALT, e, ainda, de câncer pancreático.

Portanto, parece-me fundamental que a sociedade seja alertada sobre o papel das doenças infecciosas em determinados tipos de cânceres e, conseqüentemente, sobre sua influência “silenciosa” nas taxas de óbitos. Além disso, em certas circunstâncias, o câncer por si só pode predispor o paciente a severas e recorrentes infecções. Por outro lado, a neutropenia (que reflete um comprometimento do sistema imunológico) é reconhecida há décadas como importante fator de risco para o desenvolvimento de infecções em pacientes submetidos a certas quimioterapias. Portanto, é fato amplamente conhecido, pela comunidade médica, que as doenças infecciosas são importantes causas de mortalidade entre pacientes com diversos tipos de neoplasias malignas.

Realmente, por muitos e muitos anos, a tuberculose foi a principal causa de morte entre as doenças respiratórias de adultos. Porém, apesar de os óbitos por essa doença ter diminuído, outras infecções respiratórias, as de natureza aguda, estavam em 2005 na 5ª ou 6ª posição entre as 10 principais causas de morte em nosso país, segundo dados do Saúde Brasil 2007. Cabe acrescentar que, através de um estudo recente do Unicef/OMS intitulado “Pneumonia: the forgotten killer of children, 2006”, ficou constatado que essa doença mata mais crianças do que qualquer outra, e estima-se que seja responsável pela morte de cerca de

2.000.000 de crianças a cada ano, em todo o mundo, sendo as espécies bacterianas *Streptococcus pneumoniae* e *Haemophilus influenzae* as principais responsáveis. Porém, infelizmente, pouca atenção tem sido dada para essa doença. Nesse mesmo estudo foi estimado que 150.000.000 de episódios de pneumonia devam ocorrer a cada ano, sendo que o Brasil estaria em 5º lugar, junto com a Etiópia, com 4.000.000 de casos. É preciso salientar que não somente as crianças estão mais susceptíveis às pneumonias; os indivíduos idosos também estão entre a população susceptível e, portanto, com elevado risco para a doença e conseqüente mortalidade.

Vale lembrar, aqui também, outros importantes “matadores” que ficam esquecidos nesta estória, as doenças hoje conhecidas como “infecções associadas a serviços de saúde” (IASS), em que se incluem as infecções hospitalares. Essas doenças acometem pacientes, durante o curso de um tratamento que receberam para debelar outra doença, em um estabelecimento que presta serviço de saúde. Segundo os Centers for Diseases Control (CDC), nos Estados Unidos, as IASS estão entre as 10 principais causas de mortalidade. Não devemos, em hipótese alguma, sob pena de estarmos causando um erro grave, subestimar o impacto de tais doenças em nosso meio. Estudos têm demonstrado que os índices dessas infecções são maiores em países da América Latina e da África. Agrava-se a essa triste estatística o fato de que muitas dessas infecções, como as que ocorrem nos hospitais, são causadas por bactérias resistentes a múltiplos antibióticos. Tal fato dificulta, significativamente, a pronta prescrição pelos médicos de uma terapia antibiótica eficaz, contribuindo assim para o aumento do número de óbitos.

Aos profissionais da saúde cabem estar atentos para os fenômenos resultantes da evolução adaptativa dos microrganismos, os quais culminam, algumas vezes, no surgimento de novas doenças (conhecidas como emergentes) e, em outras vezes, no aumento da incidência de doenças antigas, porém com características epidemiológicas singulares, únicas, as quais, quando não reconhecidas, podem mascarar os índices dessas infecções e da mortalidade associada.

Aos nossos políticos cabe o ônus da necessidade de aplicarem mais recursos para o desenvolvimento de laboratórios e sistemas cada vez mais sofisticados, visando à coleta e posterior análise de dados, sobre tais doenças, de maneira que os números possam nos apontar, de forma mais reveladora, esse mundo micro, porém da maior importância para a saúde global.

AGNES MARIE SÁ FIGUEIREDO é diretora do Instituto de Microbiologia Professor Paulo de Góes da Universidade Federal do Rio de Janeiro.